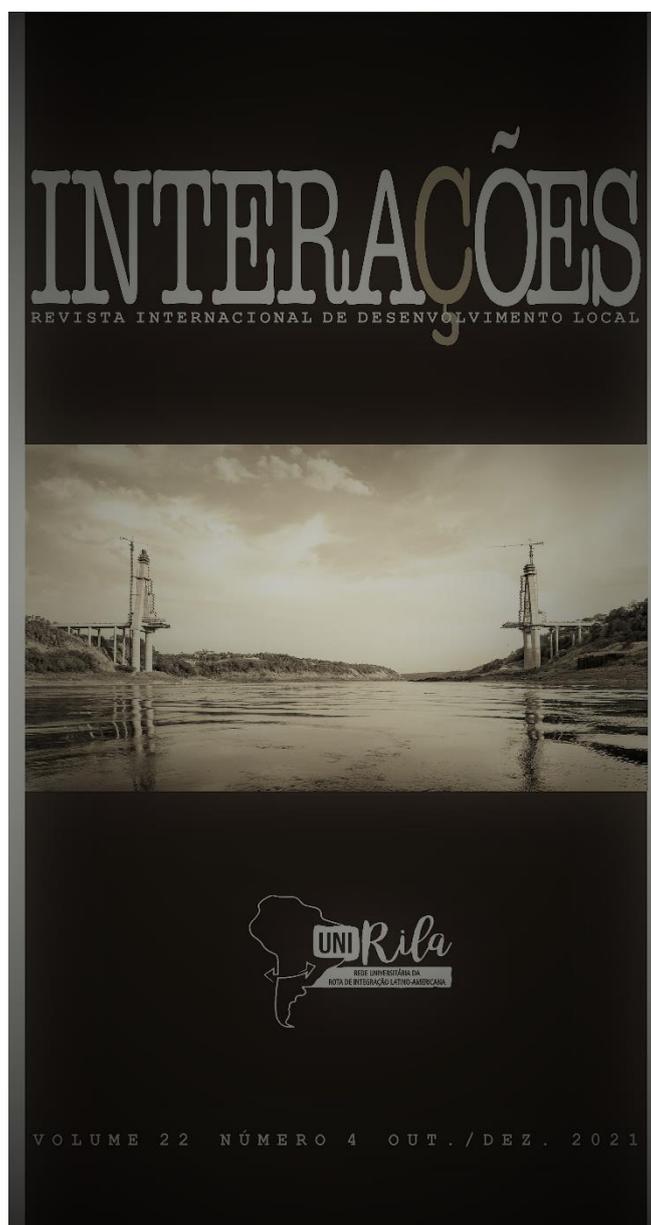
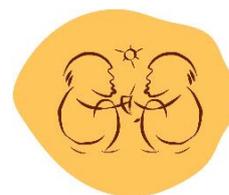


Interações

Campo Grande, MS, v. 22, n. 4, 2021

- Versão em português [artigo originalmente publicado em língua inglesa]
(Capa)



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br/

Para Além da Rota Bioceânica: O Artesanato Indígena e o Potencial do Etnoturismo no Sudoeste de Mato Grosso do Sul

Gilberto Luiz Alves

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-UNIDERP, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Fábio Luciano Violin

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Professor do Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Rosana, São Paulo, Brasil.

Maristela Benites

Pesquisadora e Educadora Ambiental no Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Bolsista da CAPES.

Resumo

O objeto deste artigo é a relação entre o artesanato indígena e o potencial etnoturístico no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. Com a implantação da Rota Bioceânica a propaganda governamental vem prometendo que esse corredor econômico irá estimular o turismo, daí o objetivo de sondar o potencial do etnoturismo na referida região que sofrerá diretamente grande impacto em decorrência desse megaempreendimento. O referencial teórico-metodológico parte do pressuposto básico de que as produções humanas decorrem, necessariamente, do trabalho, daí a necessidade de tratá-las como relações sociais. Portanto, o objeto de investigação só ganha compreensão dentro dos marcos mais gerais da sociedade capitalista, expressos por categorias como capital, trabalho, força de trabalho, mercado, mercadoria, entre outras. Em relação à metodologia, o levantamento de dados empíricos buscou fontes primárias de natureza documental e imagética, em especial fotografias. Também foram recuperadas observações sistemáticas em situação

de trabalho, realizadas tanto em postos de produção quanto de comercialização de artefatos indígenas. Ainda foram levantadas fontes secundárias pertinentes ao objeto, tais como catálogos, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e capítulos de livros. Para viabilizar o etnoturismo, a conclusão geral é a de que haja investimento num conjunto de iniciativas, pleiteado de forma integrada e contínua dentro de projeto de natureza permanente. Nesse conjunto, se fazem urgentes o aprimoramento dos artefatos étnicos; a recuperação e manutenção sistemática de estradas que dão acesso às terras indígenas, bem como a restauração, recuperação e adaptação de edificações já disponíveis nas aldeias visando adequá-las à oferta de serviços e produtos aos turistas.

Palavras-chave: Turismo; Práticas Culturais; Artesanato; Ambiente.

Apart from Bioceanic Route: Indigenous Crafts and the Potential of Ethno-tourism in the Southwest of Mato Grosso do Sul

Abstract

The object of this article is the relationship between indigenous crafts and the potential of ethno-tourism in the southwest of Mato Grosso do Sul. With the implementation of the Bi-oceanic Route, government propaganda has been promising that this economic corridor will stimulate tourism, hence the objective of probing the potential of ethno-tourism in that region, which will directly suffer a great impact as a result of this large-scale undertaking. The theoretical-methodological framework is based on the basic assumption that human productions necessarily result from work, hence the need to treat them as social relations. Therefore, the object of research only acquires understanding within the most general frameworks of capitalist society, expressed by categories such as capital, labor, labor force, market, merchandise, among others. Regarding the methodology, the empirical data survey looked for primary sources of a documentary and imaginary nature, especially photographs. Systematic observations were also recovered in work situations, carried out both in production and commercialization stations of indigenous artifacts. Secondary sources relevant to the object were also raised, such as catalogs, scientific articles, master's dissertations, doctoral theses, books, and book chapters. To make ethno-tourism viable, the general conclusion is that it invests in a set of initiatives, planned in an integrated and continuous manner within a permanent project. In this group, the improvement of ethnic artifacts is urgent; the recovery and systematic maintenance of the access roads to indigenous lands, as well as the restoration and adaptation of the buildings already available in the villages, with a view to adapting them to the provision of services and products to tourists.

Keywords: Environment; Cultural Practices; Crafts; Tourism.

Más Allá de la Ruta Bioceánica: La Artesanía y el Potencial del Etnoturismo en el Suroeste de Mato Grosso do Sul

Resumen

El objeto de este artículo es la relación entre la artesanía indígena y el potencial del etnoturismo en el suroeste de Mato Grosso do Sul. Con la implementación de la Ruta Bioceánica, la propaganda gubernamental ha venido prometiendo que este corredor económico estimulará el turismo, de ahí el objetivo de sondear el potencial del etnoturismo en esa región que sufrirá directamente un gran impacto como resultado de este emprendimiento a gran escala. El marco teórico-metodológico se basa en el supuesto básico de que las producciones humanas necesariamente resultan del trabajo, de ahí la necesidad de tratarlas como relaciones sociales. Por lo tanto, el objeto de investigación solo adquiere comprensión dentro de los marcos más generales de la sociedad capitalista, expresados por categorías como capital, trabajo, fuerza de trabajo, mercado, mercancías, entre otras. En cuanto a la metodología, el relevamiento de datos empíricos buscó fuentes primarias de carácter documental e imaginario, especialmente fotografías. También se recuperaron observaciones sistemáticas en situaciones de trabajo, realizadas tanto en estaciones de producción como de comercialización de artefactos indígenas. También se plantearon fuentes secundarias relevantes para el objeto, como catálogos, artículos científicos, disertaciones de maestría, tesis doctorales, libros y capítulos de libros. Para viabilizar el etnoturismo, la conclusión general es que se invierte en un conjunto de iniciativas, planteadas de manera integrada y continua dentro de un proyecto de carácter permanente. En este conjunto, la mejora de los artefactos étnicos es urgente; la recuperación y mantenimiento sistemático de las vías de acceso a las tierras indígenas, así como la restauración y adecuación de las edificaciones ya disponibles en las aldeas, con miras a adecuarlas a la prestación de servicios y productos al turista.

Palabras Claves: Medio Ambiente; Prácticas Culturales; Artesanía; Turismo.

1. Introdução

O objeto deste artigo é a relação entre o artesanato indígena e o potencial etnoturístico no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, região que será profundamente impactada pela Rota Bioceânica ou Rota de Integração Latino-americana. Esse corredor de transporte de mercadorias unirá o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, cortando o coração da América do Sul. No discurso das instâncias governamentais, em todos os níveis, é dominante o otimismo. Ele promete que a rota irá gerar um influxo de desenvolvimento em toda a sua trajetória, abrindo novas oportunidades de exploração econômica das riquezas locais, intensificando o turismo, gerando empregos e elevando a qualidade de vida dos habitantes em seu entorno.

Como uma das promessas da propaganda governamental é a de que esse corredor econômico irá estimular o turismo, o objetivo deste trabalho é o de discutir aspectos ligados ao potencial etnoturístico do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e o papel reservado ao artesanato indígena no sentido de realizá-lo. Por ser entendido como uma atividade econômica que explora as práticas culturais de uma determinada etnia de forma a torná-las atrativos para os visitantes (NOGUEIRA *et al*, 2013), é procedente afirmar que há potencial para o etnoturismo na região. Mas precisam ser explicitadas as condições a serem atendidas para viabilizar sua realização. Uma delas, por exemplo, é a capacidade de oferta de produtos por parte de produtores locais. A força do artesanato indígena é utilizada para exemplificá-la. Mas não basta, ela é só uma dessas condições. Sobre a relevância do objetivo, diga-se que o Estado de Mato Grosso do Sul comporta a segunda maior população indígena entre todas as unidades federadas do Brasil e que parte expressiva se concentra na região em referência.

Em relação à metodologia, acentue-se que o levantamento de dados empíricos buscou fontes primárias de natureza documental e imagética, em especial fotografias. Também foram recuperadas observações sistemáticas em situação de trabalho, realizadas tanto em postos de produção quanto de comercialização de artefatos indígenas, durante a execução do projeto de pesquisa *Artesanato Indígena, Mudanças e Inovações Tecnológicas em Mato Grosso do Sul*¹. Ainda foram levantadas fontes secundárias pertinentes ao objeto,

¹ Projeto de pesquisa executado com o apoio da Fundect.

tais como catálogos, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e capítulos de livros.

O referencial teórico-metodológico adotou como pressuposto básico o fato de que todas as produções humanas decorrem, necessariamente, do trabalho. Isso quer dizer que os produtos do trabalho humano devem ser tratados como relações sociais. Portanto, o objeto de investigação só ganha compreensão dentro dos marcos mais gerais da sociedade capitalista. Ou seja, estudos sobre práticas culturais como o artesanato não podem ser realizados como se leis internas as explicassem. O movimento da sociedade capitalista é que lhes dá significado e substância, daí a necessidade de apreensão prévia dessas leis que regem seu movimento e se expressam em categorias como capital, mercadoria, força de trabalho, valor de uso, valor de troca, mais-valia e acumulação, entre as mais importantes (ALVES, 2001).

2. A Rota Bioceânica e o Redesenho das Relações Econômicas Internacionais

O desenvolvimento econômico da China tem redesenhado as relações econômicas internacionais neste início de século XXI. A portentosa demanda chinesa por alimentos vem se constituindo providencial alavanca para a exportação de *commodities* brasileiras. O agronegócio navega a plena velocidade nesses ventos favoráveis. Entre as iniciativas para incrementar o atendimento de necessidades postas por tal conjuntura encontra-se a Rota Bioceânica ou Rota de Integração Latino-Americana.

A implantação desse corredor de exportação terrestre rumo à Ásia vem sacudindo as expectativas do Sudoeste de Mato Grosso do Sul, região historicamente relegada ao segundo plano nas propostas de desenvolvimento regional. Na Argentina, no Brasil e no Paraguai os projetos começaram a sair do papel. Revestimento asfáltico de estradas de rodagem, desenvolvimento de infraestrutura portuária, ponte internacional sobre o Rio Paraguai, ligando Porto Murtinho, no Brasil, a Carmelo Peralta, no Paraguai, são algumas iniciativas já visíveis (Figura 1).

Figura 1 - Rota Bioceânica



Fonte: PIMENTA, 2019.

O corredor de transporte terrestre, com a extensão aproximada de 3450 quilômetros, irá cortar a América do Sul e ligar os oceanos Atlântico e Pacífico, tendo como pontos extremos os portos de Santos e Paranaguá, no Brasil, e de Iquique e Antofagasta, no Chile. Essa rodovia diminuirá a extensão do percurso e o valor do frete de transportes das mercadorias direcionadas à Ásia. O governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, representante do agronegócio no Estado, tem feito uso desses dois aspectos na sua apologia à rota. Vem frisando que ocorrerá o encurtamento da distância em torno de oito mil quilômetros entre as áreas de produção e o destino das mercadorias e a diminuição do tempo de viagem em torno de 17 dias. Sobre os fretes de transporte marítimo dos produtos, ele prevê a redução entre 25% e 50% das taxas ora praticadas (SBT MS, 2021).

Como é de praxe nos megaempreendimentos que periodicamente sacodem "nuestra América", as autoridades governamentais, em todos os níveis, se desdobram no uso de uma cantilena otimista para convencer a todos de que os impactos ambientais desse corredor serão desprezíveis; de que todas as regiões atravessadas serão beneficiadas pela atração de novos empreendimentos e de que o turismo ensejará uma saudável oportunidade para atrair divisas. Essas mudanças convergiram, também, para o surgimento de novas alternativas de trabalho para atenuar o desemprego e elevar os rendimentos e a qualidade de vida da força de trabalho nos âmbitos locais. Por fim, sempre por fim, o discurso promete, ainda, uma vaga "abertura cultural" no extenso território atravessado pelo corredor

rodoviário. É o que tem anunciado, por exemplo, o diplomata de carreira João Carlos Parkinson, do Ministério das Relações Exteriores (PORTAL VGV, 2020).

Mesmo em face das manifestações otimistas de autoridades governamentais, surpreende o fato de que o barulho da propaganda é contido no Brasil. Em anos recentes, a iniciativa não tem sido amplamente alardeada pela mídia nem pela propaganda governamental. Parece que a estratégia seguida é mais silenciosa. Mas as iniciativas avançam e mostram a força do agronegócio, o setor econômico que será mais diretamente beneficiado pelo empreendimento. Talvez explique o caráter silencioso da propaganda exatamente o fato de que a iniciativa coloca às claras o papel da China no grande mercado de *commodities*, o que determina o redesenho dos circuitos do transporte de mercadorias inclusive dentro do Brasil. Esse fato revela quão desfocado é o discurso ideológico do governo brasileiro que agride sistematicamente a principal nação consumidora desses produtos. Por justiça, diga-se que essa não é a postura dos porta-vozes do agronegócio, também eles aliados do governo brasileiro de extrema direita. Pragmáticos, alertam sistematicamente sobre a necessidade de condução equilibrada da política externa do Brasil, principalmente em relação à China. É, por exemplo, o caso da ministra da agricultura, Tereza Cristina Correa da Costa Dias, outra representante do agronegócio em Mato Grosso do Sul.

Se no plano econômico as iniciativas em torno da Rota Bioceânica já acontecem visivelmente, as expectativas de muitos cidadãos, de estudiosos acadêmicos, de militantes da questão ambiental, dos defensores das populações mais expostas à miséria e de práticas culturais ameaçadas são as de que em relação ao ambiente e à cultura as coisas *desaçoçam*. É oportuno parafrasear Manoel de Barros (1985, p. 33), o poeta que cunhou essa expressão tão apropriada para evidenciar o paradoxal movimento de muitas iniciativas que no passado impactaram o Pantanal.

Em exemplar especial da revista *Interações* tematicamente devotado à Rota Bioceânica, um artigo frisou a necessidade de mensuração dos impactos desse empreendimento "para verificar seus benefícios, riscos e danos". Para os autores, seria essencial a busca pela "conciliação entre produção e sustentabilidade social, econômica e ambiental para assegurar a Porto Murtinho o equilíbrio socioeconômico no médio e longo prazo." (BENITES *et al*, p. 278)

Entre as vozes dissonantes, a ECOA, ONG ambientalista, tem feito alertas sobre as ameaças geradas pela Rota Bioceânica, sobretudo a degradação

ambiental. Para essa entidade, os empreendimentos econômicos emergentes no entorno desse corredor econômico poderão ocasionar riscos à fauna, incremento do desmatamento, comprometimento da qualidade da água nos rios do Pantanal, afetando negativamente, como decorrência, a pesca turística e a vida das pessoas a ela ligadas (ECOIA, 2020).

Na implantação de novas unidades portuárias na cidade de Porto Murtinho é visível o descaso com a prevenção de distúrbios ambientais provocados por fenômenos naturais, a exemplo das inundações periódicas das águas do rio Paraguai, típicas da planície pantaneira. Extensas áreas às margens desse rio e adjacências tiveram sua vegetação nativa integralmente suprimida para a instalação de novos portos. Como decorrência, foi posta sob ameaça a capacidade de regulação natural das cheias do rio Paraguai, acelerando processos de assoreamento, comprometendo a sua navegabilidade e a qualidade dos recursos hídricos. Em Porto Murtinho, mesmo o turismo baseado em observação de vida silvestre e a própria qualidade de vida dos moradores veem-se comprometidos com a redução de áreas verdes urbanas.

Não são infundadas, portanto, as expectativas de que as coisas possam *desacontecer* na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul atravessada pela Rota Bioceânica. Os fatos relacionados são reforçados por experiências anteriores. O mergulho histórico nas paragens da fronteira com o Paraguai testemunha inúmeros casos de projetos econômicos grandiosos baseados na exploração de recursos naturais, outrora também brandidos por órgãos governamentais como promessas de desenvolvimento regional, bem como de melhoria das condições de vida da população local. Os oligopólios constituídos se devotaram à extração indiscriminada desses recursos e exploraram com violência a força de trabalho local, em grande parte oriunda do Paraguai. São bem conhecidas as histórias da extração da erva-mate (CENTENO, 2008; ALVES, 2005) e do tanino (CORRÊA; CORRÊA, 2009), das charqueadas (CORRÊA; CORRÊA, 2010; ALVES, 2005) e do turismo de pesca (VIOLIN; ALVES, 2017; BENITES *et al*, 2019). Em todos os casos, ao cabo, o que se seguiu foi a evasão de capitais, a retirada de empresas quando escassearam os recursos naturais explorados ou se tornou antieconômica a sua exploração. A população residente foi condenada a viver entre as ruínas e escombros desses empreendimentos, sofrendo a penúria causada pela miséria material que se desencadeou em seguida.

3. O Discurso Otimista sobre a Rota Bioceânica e Possibilidades Nada Otimistas

O discurso otimista, tanto de instâncias governamentais, da mídia e, até mesmo, de uma parte da produção acadêmica em Mato Grosso do Sul, tem ignorado a experiência histórica e vê a Rota Bioceânica como panaceia. A impressão por ele veiculada é a de que esse corredor irá desencadear, necessariamente, um influxo de desenvolvimento em todo o seu percurso. Com certeza, alguns entrepostos comerciais ao longo da rota poderão se beneficiar economicamente de suas favoráveis localizações geográficas. O turismo será intensificado em certos locais, especialmente naqueles que já dispõem de alguma infraestrutura para tal. Contudo, tais ocorrências não serão comuns a todos os municípios atravessados pela Rota Bioceânica. No caso de Mato Grosso do Sul, as esperanças de que a região Sudoeste possa sofrer poderosa ascensão econômica que mudará substancialmente a vida de todos poderão se frustrar. Para tanto contribui, sobremaneira, a ausência de iniciativas do Estado no sentido de preparar a região para as transformações que estarão por vir. Essa tendência é histórica e não há indicadores de que poderá mudar proximamente.

Podem ser aventadas algumas possibilidades para corroborar esse juízo. São expostos dois exemplos. O primeiro leva em conta que no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, principalmente em Porto Murtinho, a rota fluvial que alimentaria o eixo rodoviário é entendida como importante tentáculo para o transporte de mercadorias. Existe a preocupação de empresários locais voltada para a modernização da estrutura portuária em decorrência. Milhões de reais vêm sendo investidos nessa frente. Mas, quem conhece a história da navegação fluvial em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tem clareza sobre as imensas dificuldades que sempre cercaram as rotas utilizadas. No passado, inclusive os navios de pequeno calado enfrentavam dificuldades para navegar por força da pequena profundidade dos leitos dos rios do Pantanal, inclusive do Rio Paraguai. Os encalhes eram constantes. Em especial na época de estiagem a duração das viagens se prolongavam. A situação parece não ter melhorado. Ao contrário, os ambientalistas alertam para o assoreamento quase generalizado dos rios do Pantanal também por força de empreendimentos agrícolas situados no planalto, junto ao entorno da planície. As avulsões se intensificaram (MERCANTE; SANTOS; RODRIGUES, 2012) e o curso do rio Paraguai se modificou em vários trechos. Os fatos confirmam a veracidade desses anúncios. Em 2020 a estiagem praticamente

inviabilizou até mesmo a exportação de ferro e de manganês pelo rio Paraguai ao longo de aproximadamente dois meses. Pouco antes, uma reportagem de televisão dava conta que a estiagem fizera as exportações por via fluvial caírem 50% (BOM DIA MS, 2020). A propaganda governamental, em tom de lamentação informou que, já em agosto de 2020, estavam em vias de suspensão as atividades nos portos de Ladário, Corumbá e Porto Murtinho. Até então a exportação de ferro e manganês se reduzira, pois somente 70% da capacidade das embarcações eram utilizadas para evitar encalhes. Isso representou, automaticamente, o aumento do frete em 30%. As explicações reiteram que o fenômeno da estiagem é natural e cíclico. O Governo do Estado também atribuiu parte da responsabilidade pelo quadro de carência da navegação fluvial à falta de investimentos do Governo Federal (MATO GROSSO DO SUL, 2020). Em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de que a estiagem prolongada e o assoreamento dos rios possam ter sido decorrentes da ação antrópica desenfreada sobre o ambiente. Importa apontar que esse quadro de descontinuidade no transporte fluvial torna irregular e afeta negativamente o abastecimento de mercadorias, quebrando fluxos e gerando prejuízos.

Figura - 2: Bancos de areia surgem no leito do Rio Paraguai em Porto Murtinho, 10.out.2020.



Fonte: SANTOS, 2020. Foto de Toninho Ruiz

Enquanto isso, as estradas de rodagem na Argentina e no Paraguai se estendem em direção ao grande eixo da Rota Bioceânica e recebem revestimento

asfáltico. No Brasil o percurso já se encontra integralmente asfaltado, carecendo, tão somente, de melhorias em alguns trechos, como acostamentos e terceiras faixas para dar maior segurança e agilidade ao fluxo do trânsito. A construção da ponte internacional ligando Porto Murtinho, no Brasil, e Carmelo Peralta, no Paraguai, será decisiva para impor o domínio pleno do transporte rodoviário, tendência que irá liberar as exportações dos obstáculos e irregularidades postos à navegação fluvial. Logo, a esta não deverá caber papel significativo no âmbito do transporte de mercadorias no futuro. Anuncia-se no horizonte, portanto, o imenso prejuízo que poderá atingir empresários locais que estão investindo pesado na navegação fluvial.

A segunda possibilidade parte do fato de que a política tarifária no Brasil é bastante lesiva aos empreendimentos comerciais que se estabelecem nas fronteiras do País. Em todas as chamadas cidades gêmeas o comércio se expande no lado oposto (PIRES, 2017). Possivelmente, em breve isso se reproduzirá em benefício de Carmelo Peralta, no Paraguai. A tendência não será a de Porto Murtinho se colocar no centro da expansão comercial na fronteira. Mais provável é que em futuro próximo novos estabelecimentos comerciais se fixem na região, mas do lado paraguaio. Vale lembrar aqueles que já têm vasta experiência no que se refere ao comércio em regiões de fronteira. É o caso, por exemplo, do Shopping China, oligopólio que vem alastrando suas unidades nas fronteiras do Brasil. No caso de Mato Grosso do Sul, além da sede em Pedro Juan Caballero (Paraguai), vizinha de Ponta Porã, ele dispõe de outra unidade em Puerto Aguirre (Bolívia), próxima de Corumbá (PIRES, 2017). É possível que Carmelo Peralta, caso se desenvolva intensamente, ganhe uma nova unidade da empresa nos próximos anos. Os sul-mato-grossenses terão mais um endereço no exterior para comprar bebidas, eletrodomésticos, roupas, perfumes e produtos eletrônicos.

4. Uma Visão de Conjunto do Artesanato em Mato Grosso do Sul

Para analisar a contribuição do artesanato para uma estratégia de desenvolvimento do etnoturismo em Mato Grosso do Sul se faz necessária a contextualização dessa relevante prática cultural na região. Com essa intenção, ao fazer um balanço preliminar do artesanato em Mato Grosso do Sul, Alves construiu três categorias para classificá-lo e descrevê-lo. A primeira, denominada *artesanato ancestral*, compreende o artesanato indígena. Quanto às suas características fundamentais, ele tende a "reiterar, (...), os procedimentos, as

técnicas, a utilização de recursos naturais e a divisão sexual do trabalho praticados por gerações anteriores" (ALVES, 2014, p. 48). É um artesanato ligado à terra e ao ambiente imediato, como denotam as matérias primas utilizadas e as temáticas exploradas nos produtos, sistematicamente referidas ao entorno. A segunda categoria, *artesanato espontâneo*, se refere àquele realizado por pessoas movidas pela necessidade interior de se expressarem esteticamente. Perseguem a beleza, daí o apuro técnico, a originalidade, a busca pela perfeição e a criatividade. São movidas pelo prazer de produzir, o que ganha em muitos casos a característica de lazer. Com tais predicados, derivam, muitas vezes, para o fazer artístico. Quase sempre, de início estão despreocupados com a comercialização de seus produtos. Mas o acúmulo de peças e o conhecimento de amigos e pessoas próximas acabam auxiliando na divulgação do trabalho (ALVES, 2014). O *artesanato induzido* corresponde à terceira categoria. Tem sido "uma válvula de escape para tirar crianças e jovens que vivem situação de risco nas ruas ou para populações marginalizadas em guetos de pobreza" (ALVES, 2014, p. 48). O SEBRAE teve um papel importante na indução de diversas experiências de artesanato em todo o Brasil. Acompanhou essas experiências a preocupação de fazer uma conversão ideológica do artesão. Ele precisaria incorporar a noção de que o artesanato não pode ser visto como complementação de renda; precisaria vê-lo como atividade contínua, profissional. Enfim, para usar expressões caras à proposta do SEBRAE, ele precisaria ter a consciência de que *artesanato é negócio* e prever a escala de produção para suprir os lojistas com regularidade. Essas seriam contrapartidas essenciais para que pudesse encarnar a desejável figura do *empreendedor* (ARTESANATO..., 2008).

Como um todo, o artesanato em Mato Grosso do Sul experimentou sensível incremento desde a década de 1970. O elemento determinante dessa expansão foi a organização do turismo na região. No início dessa década, empresas do setor começaram a centrar suas atividades no turismo de pesca. O combate à destruição do ambiente e o comprometimento do estoque pesqueiro tolheram essa atividade em seguida. Mas, na última década do século XX, o ecoturismo ganhou força em Bonito e no Pantanal gerando demandas que intensificaram o fluxo de turistas e ampliaram o mercado de produtos artesanais (ALVES, 2016; VIOLIN; ALVES, 2017).

Estudos históricos evidenciaram que o artesanato se encontrava estrangulado em meados do século XX. Reconheceram esse fato, por exemplo,

estudiosos do campo da antropologia ao se referirem ao artesanato ancestral (RIBEIRO, 1980; LÉVI-STRAUSS, 1957; OLIVEIRA, 1968; 1976). A produção encontrava-se estagnada. Mas, com a expansão do turismo na década de 1970, foi intensificada a produção de artefatos artesanais. A cerâmica indígena se expandiu. Na mesma época e dentro desse quadro favorável, muitos artesãos espontâneos, como Conceição dos Bugres, começaram a colocar seus produtos no mercado (ALVES, 2014). Mais recentemente, entidades como o SEBRAE, a WWF e governos da unidade federada, bem como dos principais municípios de Mato Grosso do Sul, começaram a induzir novas atividades artesanais. A pretexto da necessidade de geração de empregos e de retirar da miséria grandes contingentes humanos excluídos do mercado, essas entidades passaram a incentivar atividades artesanais que, supostamente, fariam o aproveitamento de abundantes matérias primas locais não aproveitadas ou reduzidas a lixo. A sustentabilidade passou a ser reivindicada como bandeira central para nortear a implantação das novas modalidades artesanais incentivadas (ARTESANATO, 2008; AMOR-PEIXE, 2011).

Em época recente, diversos trabalhos foram produzidos sobre o artesanato em Mato Grosso do Sul. Ora descrevendo e sintetizando as atividades artesanais em andamento no Estado (CENTRO..., 2008; PELLEGRINI, 2011), ora analisando o conjunto das atividades artesanais (ALVES, 2014) ou aprofundando o exame de experiências específicas (KOMIYAMA, 2015; ALVES, 2017; MARQUES, 2019; CANAZILLES, 2013; 2015; CHAVES, 2019), esses trabalhos contribuíram para configurar o quadro geral dessa prática cultural no Estado.

Merece ser anunciado que, na década de 2010, muitas das atividades artesanais induzidas começaram a revelar dificuldades para se manter. Algumas já deixaram de existir, como a experiência induzida pela WWF-Brasil em Miranda (AMOR-PEIXE, 2011), o que impõe a necessidade de descobrir as determinações de seu insucesso.

Nesse quadro de desequilíbrio, a continuidade do artesanato ancestral indígena revela força e promete ser recurso providencial para dar suporte ao etnoturismo. Mas, em paralelo, vem ocorrendo o progressivo sucateamento da precária infraestrutura construída no passado para dinamizar sua comercialização. São exemplos o Centro Referencial da Cultura Terena, em Miranda, e o Memorial da Cultura Indígena, em Campo Grande e a Feira em Porto Murtinho, localmente chamada de Feirinha.

5. Sobre o Etnoturismo e a Exploração dos Produtos Artesanais Indígenas

Dadas as informações gerais necessárias à contextualização da conjuntura econômica gerada pela Rota Bioceânica e à apreensão do quadro referente à produção artesanal em Mato Grosso do Sul, cabe estreitar o roteiro deste estudo canalizando-o para o exame do potencial do etnoturismo no Sudoeste de Mato Grosso do Sul e o papel que nele caberá ao artesanato.

A discussão sobre o potencial do etnoturismo em Mato Grosso do Sul tem sido insuficiente inclusive no âmbito da produção acadêmica. Essa carência precisa ser superada no Estado que congrega a segunda maior população indígena entre as unidades federadas do Brasil. Etnias originárias do Chaco estão estabelecidas sobretudo no Sudoeste e em regiões limítrofes, a exemplo dos Kadiwéu, dos Terena e dos Kinikinau. É em território do município de Porto Murtinho que está encravada a reserva Kadiwéu.

O artesanato viceja nas aldeias localizadas no Sudoeste, em especial a produção de artefatos cerâmicos. O principal polo oleiro Kadiwéu é a Aldeia Alves de Barros, a sessenta quilômetros distante de Bodoquena. Outro importante polo de produção é a Aldeia São João, a setenta quilômetros de Bonito, onde convive uma população da etnia Kinikinau, ela também devotada ao artesanato. Em Miranda, muito próximas à cidade diversas aldeias Terena são responsáveis pela produção de relevante artesanato étnico.

Em que pese o otimismo que marca o discurso sobre o turismo em decorrência da Rota Bioceânica, afirme-se que os governos do Estado e dos municípios tendem a não fazer as suas partes no sentido de desenvolver infraestrutura para tal. Essa previsão temerária estaria, talvez, antecipando um resultado que os fatos poderão desmentir no futuro. O desmentido seria bem-vindo, mas sustenta a previsão algo que já foi guindado à condição de tendência histórica consistente em Mato Grosso do Sul. Nunca políticas públicas foram sistematicamente formuladas no sentido de induzir a expansão do turismo. Para usar uma expressão difundida no senso comum, o Estado sempre *correu atrás*. Tudo o que foi feito dependeu em grande medida da iniciativa das empresas privadas ligadas ao setor. Reconheça-se o mérito dessas empresas, mas essa tendência também encerra riscos.

Logo, nessa seara as promessas governamentais não merecem crédito, pois não são contabilizadas quaisquer iniciativas políticas que tenham criado novas

alternativas de inserção econômica às populações mais expostas à miséria ou tenham contribuído para dar-lhes visibilidade. Mesmo sem a Rota Bioceânica o imenso potencial do etnoturismo, por exemplo, já poderia estar sendo explorado, mas o que se observa é a ausência e a omissão dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal.

No âmbito do etnoturismo o que existe, embrionariamente, é o interesse de um ou outro empresário do turismo já alertado para o seu potencial. Em Miranda essa tendência é visível. Contudo, os empresários ainda não têm noção clara sobre a forma de explorar e, ao mesmo tempo, de contribuir para a solidificação de práticas culturais indígenas que lhes prometem lucros. Não entendem a possibilidade viável de, com sua atuação, participar da promoção das etnias indígenas. Na aldeia Terena Cachoeirinha, durante trabalho de levantamento de campo, foi observado um empresário forçando o aviltamento dos preços de peças cerâmicas indígenas para níveis muito abaixo dos praticados pelas artesãs. Em Bonito, comerciantes tentam dissuadir o turista de comprar cerâmica indígena alegando baixa resistência e pintura precária das peças, conforme depoimento de uma professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul². Essas limitações também são usadas como argumento pelos lojistas para forçar os preços para baixo quando da compra de artefatos indígenas (CANAZILLES, 2013; 2015). Os empresários, movidos pelo imediatismo, ignoram a contribuição que poderiam dar ao aperfeiçoamento do artesanato em busca de ampliação do mercado. A espoliação, recurso para aumentar os lucros, revela inconsciência das condições que poderiam lhes assegurar maiores ganhos no futuro. Em resumo, não têm clareza de que investimentos hoje potencializariam seus lucros mais à frente. É nociva, portanto, a relação comercial que estabelecem com as etnias indígenas locais. Muito trabalho de educação deverá ser desenvolvido junto aos empresários para superar esses óbices.

Entre as lideranças indígenas e os artesãos existe a consciência de que é importante se prepararem para o etnoturismo. Como estão desassistidos pelas instâncias governamentais e são espoliados pelos comerciantes de artesanato, com todas as dificuldades eles próprios vêm realizando um esforço imenso para conservar relevantes práticas culturais que se tornarão angulares para o

² Em Bonito, a Prof.^a Maria Angélica Cardoso estava à procura de peças cerâmicas da etnia Kinikinau. Numa loja, o comerciante que a atendia tentou sistematicamente convencê-la de que dispunham de outras mercadorias mais atrativas para venda.

amadurecimento do etnoturismo no futuro. Um exemplo expressivo é o referente ao artesanato cerâmico.

A análise mais detida da atividade oleira entre as etnias indígenas pode ilustrar claramente as potencialidades e as ameaças que cercam a emergência do etnoturismo. Se a cerâmica indígena poderá ter grande importância na expansão do turismo na região Sudoeste do Estado, os estudos sobre esse objeto têm revelado carências associadas à necessidade de aperfeiçoamento dos produtos para ampliar o mercado consumidor (ALVES, 2020). Para que isso se viabilize serão indispensáveis políticas de apoio do Estado e dos municípios.

A produção de artesanato indígena, única modalidade de artesanato ancestral desenvolvida em Mato Grosso do Sul, resume-se, principalmente, a quatro etnias indígenas: Kadiwéu, Terena, Guarani e Kinikinau. Dominam as peças cerâmicas. Também produtos ornamentais que fazem uso de penas de aves, madeira e fibras, são comuns.

Nos trabalhos de referência produzidos em Mato Grosso do Sul o artesanato indígena é objeto de discurso grandiloquente. É tratado, por exemplo, como signo de "identidade cultural sul-mato-grossense", um clichê que esconde o vazio de conteúdo. As informações centram-se em generalidades, como as características formais das peças artesanais, as cores, os grafismos, as técnicas e os produtos naturais envolvidos na sua produção (CENTRO..., 2008; PELLEGRINI, 2011).

Algo sistematicamente ignorado refere-se à crise endêmica pela qual o artesanato indígena vem passando em Mato Grosso do Sul. Omitir esse fato acaba sendo muito cômodo para os órgãos públicos, pois se liberam do dever de criar políticas de apoio voltadas para a superação das limitações hoje muito visíveis. Sem o enfrentamento dessa crise não há possibilidade de exploração do etnoturismo no Sudoeste do Estado.

Não são poucas as carências do artesanato indígena. Tomando como exemplo a cerâmica, carro chefe na produção artesanal das etnias Kadiwéu, Terena e Kinikinau, podem ser apontados óbices que limitam tanto a produção quanto a comercialização dos artefatos.

Figura 3 - Peças Cerâmicas Indígenas: Kadiwéu (à esquerda), Terena (ao centro) e Kinikinau (à direita).



Fotos de André Barbosa

No caso da cerâmica Kadiwéu, a mudança de *habitat*, imposta pela transferência das aldeias próximas do Rio Paraguai para os altos da Serra da Bodoquena, criou uma situação que afetou a produção de peças cerâmicas. Antes, os pigmentos usados na ornamentação se limitavam ao negro do pau-santo, ao vermelho da hematita e ao ocre da própria argila. Também o angico forneceu matéria prima que se aplicava à pintura. Na Serra de Bodoquena, ao contrário, abundam pigmentos argilosos coloridos. Em relação à antiga prática, foram preservados o negro do pau-santo e o ocre da argila base. Os demais recursos deixaram de ser usados. Instaurou-se a aplicação de argilas multicoloridas: o verde, o amarelo, o vermelho e o marrom (RIBEIRO, 1980; ALVES, 2020).

Contudo se a mudança resultou numa extensa diversificação no uso de cores, o aligeiramento da pintura comprometeu alguns resultados. No passado, a queima se realizava depois que as peças já haviam passado pela pintura. Nos dias atuais, somente o negro do pau-santo é submetido a esse processo. As demais cores são aplicadas a frio, após a queima. O resultado compromete a fixação das cores derivadas das argilas coloridas. Mesmo a água borrifada sobre as peças tende a despigmentá-las (ALVES, 2020).

O problema da queima é mais complexo, pois, realizada em fogueiras a céu aberto, a temperatura máxima atinge em torno de quinhentos graus centígrados. As peças têm resistência precária, portanto. Para ganhar a consistência desejável deveria atingir em torno de novecentos graus centígrados. Distantes dezenas e até centenas de quilômetros dos postos de comercialização, as peças quebradiças sofrem grandes perdas tanto no transporte quanto no manuseio dentro deles (CANAZILLES, 2013; ALVES, 2014; 2020; CHAVES, 2015).

Essas constatações evidenciam o grande entrave enfrentado pela cerâmica indígena sul-mato-grossense em nossos dias. Sem projetos de apoio à melhoria das condições de produção é impossível discutir a expansão do mercado para ela. Daí a necessidade de políticas públicas ou de entidades que assumam o compromisso político com o seu desenvolvimento. Tanto a unidade federada quanto os municípios se calam diante do fato e se omitem.

A situação se torna mais crítica quando se considera a ameaça representada pelo comprometimento da infraestrutura que, no passado, foi erigida para facilitar a comercialização de peças artesanais das etnias sul-mato-grossenses. São exemplos o Centro Referencial da Cultura Terena, em Miranda, e o Memorial da Cultura Indígena, em Campo Grande. O primeiro vem sofrendo um evidente e progressivo processo destrutivo³. O segundo foi posto numa situação de isolamento desde o momento em que foi ignorado até mesmo por rotas do *city tour* em Campo Grande. Ainda no que se refere à comercialização de artefatos indígenas, a olhos vistos vem perdendo dinamismo, também, a rede de casas do artesão no Estado. Isso é visível nas unidades de Corumbá, Aquidauana e até mesmo Campo Grande, para concentrar a análise no eixo da BR 262. A prática de comercializar produtos no sistema de consignação vem fazendo as artesãs indígenas perderem o interesse em expor seus produtos nessas unidades. Em Campo Grande, as artesãs oferecem seus artefatos às lojas de artesanato privadas, aos seus clientes fidelizados e, só então, colocam as sobras, quando ocorrem, à disposição da Casa do Artesão. O sistema de venda em consignação é lesivo às artesãs, pois, depois de financiar a produção, elas precisam de retorno imediato para garantir a subsistência de suas famílias e para garantir a continuidade da produção. É lesivo também à Casa do Artesão, que deixa de expor os produtos mais relevantes do artesanato indígena.

Em Porto Murtinho, as práticas culturais envolvem e integram brasileiros e paraguaios. O município representa importante polo de serviços e de abastecimento que atende populações paraguaias, em especial as ribeirinhas e indígenas, oriundas do departamento de Alto Paraguay. O rio Paraguai, ao mesmo

³ Um periódico de Miranda, às vésperas do Dia do Índio, em 2018, produziu uma matéria indignada que denunciava o estado de abandono em que se encontrava o Centro Referencial da Cultura Terena. O jornal apontou alguns resultados dos descuidos: o "prédio, (...), sofre infiltrações, goteiras por todos os lados, mato alto, artesanatos sendo deteriorados pela água da chuva." (GP NEWS, 2018)

tempo que separa, é o tronco interlocutor entre brasileiros e paraguaios. As relações sociais são marcadamente “ambivalentes” (TEDESCO; ALVES, 2018) nesse espaço fronteiriço.

Sobre o artesanato indígena comercializado na cidade, é produzido por etnias que vivem no entorno de Carmelo Peralta e da Bahía Negra. São utilizadas matérias primas disponíveis no ambiente, a exemplo das fibras da palmeira carandá (*Copernicia alba*) para confecção de utensílios domésticos como abanicos, vassoura, cestarias, chapéu e bolsas. Destacam-se, ainda, as bolsas confeccionadas com fibras da planta caraguatá (*Bromelia spp.*) por artesãs da etnia Ayoreo. Em razão da proximidade, Porto Murtinho é o principal polo consumidor. Contudo, o mercado é acanhado, pois a população não atingia vinte mil habitantes e os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa chegavam a 40,4% dos população no final da década de 2010 (IBGE, 2018). Essa limitação é agravada, também, pelo fato de a cidade não dispor de infraestrutura para a comercialização dos produtos artesanais.

Figuras 4 e 5 - Peças Artesanais Indígenas Comercializadas em Porto Murtinho



Fotos de Maristela Benites

Historicamente, o próprio rio Paraguai tem sido a referência espacial onde se dão as trocas. Embarcações vindas das comunidades do entorno transportam as mercadorias, a exemplo do barco Aquidaban ou de pequenos barcos particulares. A comercialização é realizada no porto da cidade, às margens do rio, ou são oferecidas pelas artesãs aos comerciantes e moradores. É corriqueiro encontrar indígenas oferecendo produtos artesanais feitos a partir das fibras de carandá e de caraguatá. Embora a Terra Indígena Kadiwéu se localize no município de Porto Murtinho, não há comercialização do seu artesanato em lojas locais. O acesso das aldeias à sede do município não se faz diretamente. Não há estradas, daí a

necessidade de um longo desvio e de trânsito por outros municípios como Bonito e Jardim. O mesmo acontece com os artefatos dos Kinikinau.

Até 2019, havia no centro de Porto Murtinho uma infraestrutura precária para acomodar feirantes. Eventualmente eles comercializavam peças artesanais indígenas. Nesse espaço era possível encontrar pratos típicos da culinária fronteiriça e ervas medicinais tradicionalmente utilizadas pelos paraguaios e incorporadas aos hábitos dos murtinhenses. No entanto, o espaço está em reforma e sem data para conclusão. Em plena pandemia os feirantes estão sem local para exposição e comercialização de seus produtos.

Há uma iniciativa da administração municipal que incentiva e promove o artesanato que utiliza fibras da palmeira carandá. É o Projeto Caranday, mas, ainda muito incipiente, se vê cerceado pela inexistência de local para comercialização da produção em Porto Murtinho. Alguns de seus artefatos têm participado de feiras de artesanato promovidas pelo Estado.

Sobre as estruturas disponíveis em aldeias indígenas oleiras sul-mato-grossenses para a exploração do etnoturismo, a melhor dotada é a Aldeia Terena Cachoeirinha. Localizada a cerca de 20 quilômetros de Miranda, uma rodovia asfaltada passa ao lado das terras dessa etnia. O acesso é complementado por uma estrada de terra bem conservada, com 5 quilômetros de extensão aproximadamente. A Aldeia é atravessada por uma grande avenida, cortada transversalmente por menos de uma dezena de ruas. O aspecto geral é agradável. Sua expansão vem gerando ameaças ambientais que impactam a produção de artesanato, sobretudo o artesanato cerâmico. O alongamento das ruas colocou uma fonte de argila praticamente dentro do perímetro urbano (CHAVES; ALVES; MATIAS, 2019).

Contudo, mesmo a infraestrutura da Aldeia Cachoeirinha cerceia o potencial etnoturístico, pois inadequada à oferta de serviços aos turistas. Nela, um prédio em ruínas, construído em 1930 pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI, merece restauração. Outras edificações também se encontram em estado de degradação. Esses espaços, desde que restaurados e revitalizados poderiam ganhar novas funções articuladas a objetivos turísticos. Uma quadra esportiva constitui-se equipamento passível de ser explorado para realizar danças, cantos e representações dos rituais típicos da etnia. Mas ainda seriam necessárias dependências para expor peças de artesanato, comidas, doces, frutas e para atender necessidades dos turistas.

Figuras 6 e 7 - Aldeia Cachoeirinha: Sede do Antigo Serviço de Proteção ao Índio em Ruínas e Barracão Coberto em Estado de Decadência, 2010.



Fotos de Gilberto Luiz Alves.

Falar da Aldeia Cachoeirinha, apesar das carências apontadas, é, repita-se, falar da aldeia que dispõe de condições objetivas mais apropriadas ao etnoturismo. Mais difícil é a situação das aldeias Kadiwéu. A Aldeia Alves de Barros, o principal polo oleiro da etnia, distante cerca de 60 quilômetros de Bodoquena, tem o acesso dificultado por uma estrada rochosa que inviabiliza, em alguns períodos, a circulação de pequenos veículos. A manutenção é precária e esporádica. O mesmo se dá com a Aldeia São João, a 70 quilômetros de Bonito.

Como se deduz, o montante do investimento a ser aplicado na melhoria das condições que poderão viabilizar o etnoturismo não é elevado. Urgem soluções para o aumento da resistência e o aprimoramento da ornamentação dos artefatos indígenas. Também a recuperação e manutenção permanente de estradas que dão acesso às aldeias são medidas necessárias. As edificações podem explorar técnicas usadas tradicionalmente pelas próprias etnias. Algumas já existem e só carecem de restauração ou revitalização. Contudo, para assegurar continuidade, esse conjunto de iniciativas deve ser pleiteado dentro de projeto de natureza permanente.

6. Considerações Finais

Sintetizando, é necessário, mais uma vez, acentuar as condições que se constituem pré-requisitos essenciais para a instauração do etnoturismo na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: 1) Devem ser realizados esforços, contando inclusive com o apoio das universidades do Estado, para assegurar a melhoria dos

serviços e dos produtos passíveis de serem oferecidos pelas diferentes etnias aos turistas; 2) Visando exemplificar, no caso do artesanato cerâmico são necessários projetos que contribuam para a melhoria das peças, desde a queima até a ornamentação, sob pena de se inviabilizar a expansão do mercado; 3) As aldeias precisam ser dotadas de edificações e espaços adequados para o exercício de todas as funções associadas ao etnoturismo; 4) Os espaços e edificações atuais devem ser avaliados para a indicação das medidas adequadas de restauração e revitalização compatíveis ao etnoturismo; 5) Estabelecer condições de tráfego regular nas estradas de terra que dão acesso às aldeias de forma a assegurar fluxo permanente e contínuo; 6) Revitalizar os espaços de comercialização de artesanato indígena hoje existentes e estimular o surgimento de outros, em especial na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul; 7) Todas essas medidas e outras consideradas oportunas deverão constituir um projeto de execução permanente.

Por fim, cabe alertar que o otimismo sobre os impactos positivos da implantação da Rota Bioceânica pode ofuscar os conflitos e desafios enfrentados nos territórios atingidos por esse corredor logístico. Pode, também, ludibriar aqueles que lutam e esperam por valorização e participação ampliada dos cidadãos nos processos de decisão, de inserção econômica e distribuição de benefícios.

Atenção vigilante se faz necessária para combater esses percalços. No caso dos estudiosos acadêmicos, merecem ser redobrados os cuidados conferidos ao estudo e avaliação dos impactos culturais e ambientais das transformações econômicas decorrentes da Rota Bioceânica, em especial na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. *Arte, Artesanato e Desenvolvimento Regional: Temas Sul-mato-grossenses*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2014.

ALVES, Gilberto Luiz. *A Casa Comercial e o Capital Financeiro em Mato Grosso: 1870-1929*. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz. O Comércio de Produtos Artesanais e o Turismo em Corumbá, Mato Grosso do Sul: 1970-2014. *Espacios, Venezuela*, v. 37, n. 36, 2016.

ALVES, Gilberto Luiz. Do "Lixo" ao "Luxo": o Artesanato em Osso no Município de Jardim, Mato Grosso do Sul. *Espacios, Venezuela*, v. 38, n. 12, 2017.

ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso do Sul: o Universal e o Singular*. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. 2.ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Campinas, SP: Autores Associado, 2001.

ALVES, Gilberto Luiz. Utensílio, Objeto de Arte e Mercadoria: a Cerâmica Indígena em Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz (org.). *Temas Indígenas Sul-mato-grossenses*. Curitiba, PR: Appris, 2020, p. 9-35.

AMOR-PEIXE: Modelo de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2011.

ARTESANATO: um negócio genuinamente brasileiro. SEBRAE: s.l., v. 1, n. 1, 2008. (Edição comemorativa 10 anos)

BARROS, Manoel de. *Livro de Pré-Coisas*. Rio de Janeiro: Philobiblion; [Campo Grande], Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.

BENITES, Maristela; MAMEDE, Simone; CENTENO, Carla Villamaina; ALVES, Gilberto Luiz. Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e o Corredor Bioceânico: Caminhos Possíveis para a Sustentabilidade Socioambiental. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 267-284, 2019.

BOM DIA MS. *Estiagem Afeta Navegação da Hidrovia do Rio Paraguai*. globoplay.globo.com/v/8788007. 19.ago.2020. Acesso em 24.mai.2021.

BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo, SP: Livraria Martins Editôra, 1945.

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor Azambuja. *A Produção e a Comercialização do Artesanato Kinikinau em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2013. 98 p. (Dissertação de mestrado)

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor Azambuja; ALVES, Gilberto Luiz; MATIAS, Rosemary. Comercialização do Artesanato Kinikinau na Cidade Ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Pasos Revista de Turismo e Patrimonio Cultural*, v. 13, n. 5, p. 1171-1182, 2015

CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e Trabalho na Fronteira de Mato Grosso: Estudo Histórico sobre o Trabalhador Ervateiro (1870-1930)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2008. (Série Fontes Novas)

CENTRO Referencial de Artesanato de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2008. (Catálogo)

CHAVES, Francelina Albuquerque. *A Produção da Cerâmica Terena da Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS*. Campo Grande, MS: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2015. 94 p. (Dissertação de Mestrado)

CHAVES, Francelina Albuquerque; ALVES, Gilberto Luiz; MATIAS, Rosemary. *A Produção da Cerâmica Terena na Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS*. *Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.* Londrina, PR, v. 10, n. 1, p. 73-80, 2019.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. *Charqueadas: uma Alternativa na Economia Pecuária do Sul de Mato Grosso: 1880-1930/40*. *Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS*, v. 2, n. 3, p. 43-67, jan./jun. 2010+.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. *O Dilema da Produção de Tanino na Fronteira Brasil-Paraguai*. *Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS*, v. 1, n. 1, p. 55-75, jan./jun. 2009.

ECO.A. *Rota Bioceânica: o que é e seus Impactos Diretos e Indiretos*. In <https://ecoa.org.br/rota-bioceanica-o-que-e-e-seus-impactos-diretos-e-indiretos>. 6.fev.2020. Acesso em 21.abr.2021.

GP NEWS. *Gazeta do Pantanal. Centro de Referência da Cultura Terena foi Abandonado pelo Poder Público*. gazetadopantanal.com/2018/04/centro-de-referencia-da-cultura-terena-foi-abandonado-pelo-poder-publico/ Miranda, 17.abr.2018. Acesso em 01.jun.2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Porto Murtinho*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/panorama>. 2018. Acesso em 18.jun.2021.

KOMIYAMA, Cristiane Benevides Pinto. *A Comercialização de Artesanato Cerâmico Kadiwéu em Campo Grande, MS*. Campo Grande, MS: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2015. 57 p. (Dissertação de mestrado).

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. de Wilson Martins. São Paulo, SP: Editôra Anhembi, 1957.

MARQUES, Leila Roque Ribeiro; ALVES, Gilberto Luiz. *A Produção de Artesanato Guarani no Município de Dourados, Mato Grosso do Sul*. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, RS, v. 13, n. 1, p. 198-216, jan./jun. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. *Sem Investimentos, Hidrovia entra em Colapso com Seca e Reduz Exportações*. [www.ms.gov.br/sem-investimentos-hidrovia-entra-em-colapso-com-a-seca-e-reduz-exportações](http://www.ms.gov.br/sem-investimentos-hidrovia-entra-em-colapso-com-a-seca-e-reduz-exportacoes). 18.ago.2020. Acesso em 24.mai.2021.

MERCANTE, Mercedes Abid; SANTOS, Eva Teixeira dos; RODRIGUES, Silvio Carlos. Paisagens do Pantanal Sul-Mato-Grossense: Condicionantes e Mudanças. In ALVES, Gilberto Luiz; MERCANTE, Mercedes Abid; FAVERO, Silvio (orgs.). *Pantanal Sul-Mato-Grossense: Ameaças e Propostas*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2012, p. 103-124.

NOGUEIRA, E. M. N.; FERKO, G. P. S.; COSTA-NETO, C. P. L.; FALCÃO, M. T.; RODRIGUES, R. M. Etnoturismo e Etnoecologia: Possibilidades para o Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 121-140, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do Índio ao Bugre: o Processo de Assimilação dos Terêna*. Prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo: a Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1968.

PELLEGRINI, Fabio (org.). *Vozes do Artesanato*. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2011.

PIMENTA, Paula. Conferência Rota Bioceânica apresenta discussões sobre oportunidades econômicas e científicas. 2019. <https://www.ufms.br/conferencia-rota-bioceanica-apresenta-discussoes-sobre-opportunidades-economicas-e-cientificas>. Acesso em 02.jun.2021.

PIRES, Marco Aurélio Perroni. *O Shopping China no Desenvolvimento Socioeconômico de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero/PY*. Campo Grande, MS: Universidade Anhanguera-Uniderp, 2017. 86 p. (Tese de Doutorado).

PORTAL VGV. *Rota Bioceânica: Conheça os Detalhes do Corredor*, 27.jun.2020. <https://www.youtube.com/watch?v=crz6sxotHn8>. Acesso em 25.abr.2021.

RIBEIRO, Berta G. *Dicionário de Artesanato Indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

RIBEIRO, Berta G. Artesanato Indígena: para que, para quem? In: RIBEIRO, B. G.; ALVIM, M. R. B.; HEYE, A. M.; VIVES, V. de; D'ÁVILA, J. S.; TEIXEIRA, D. L. M. *O Artesão Tradicional e seu Papel na Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983. p. 11-28.

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: Ensaios Etnológicos sobre o Saber, o Azar e a Beleza*. 2. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1980.

ROSA, Maria da Glória Sá; DUNCAN, Idara; PENTEADO, Yara. *Artes Plásticas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Edição das autoras, 2005.

SANTOS, Aline. Mais preocupante no lado de MS, seca do Rio Paraguai ainda deve piorar. *Campo Grande News*. 2020. <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/mais-preocupante-no-lado-de-ms-seca-do-rio-paraguai-ainda-deve-piorar>. Acesso em 02.jun.2021.

SBT MS. De Olho na Rota Bioceânica já tem Empresário Investindo Alto em Porto Murtinho. 13.fev.2021. <https://www.youtube.com/watch?v=4B05RaNM6zc>. Acesso em 25/04/2021.

TEDESCO, Giselda Paula; ALVES, Gilberto Luiz. Toro Candil: Tradição de uma Fronteira Ambivalente. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 29-42, jan./mar. 2018.

VIOLIN, Fabio Luciano; ALVES, Gilberto Luiz. Da Pesca ao Natural: Trajetória do Turismo em Mato Grosso do Sul (1970-2015). *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 130-146, ago.2017.



www.icgilbertoluizalves.com.br/